



A museologia social na prática comunitária: o caso da Casa da Memória Viva de Ceilândia, DF

Vinicius Carvalho
Pereira¹

¹ Mestrando em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (UNB). Bolsista CNPq. E-mail: viniciuscarvalho@yahoo.com.br

The social
museology in the
community practice:
the case of Casa da
Memória Viva de
Ceilândia, DF

DOI: [10.12660/rm.v8n12.2017.65909](https://doi.org/10.12660/rm.v8n12.2017.65909)

Resumo:

O artigo apresenta as ações desenvolvidas pela Casa da Memória Viva de Ceilândia junto à comunidade escolar, desta que é a mais populosa região administrativa do Distrito Federal. As atividades têm como foco a valorização da cultura e história locais, e principalmente da memória dos candangos, trabalhadores que participaram da construção de Brasília, que por vezes são deixadas de lado pela história oficial. Este museu comunitário os define como memória viva, que seriam pessoas portadoras de uma memória coletiva. Por meio de entrevistas com os colaboradores da instituição e a revisão bibliográfica especialmente da Nova Museologia, procuramos mostrar como esse museu desenvolveu desde a sua fundação trabalhos em conjunto com a comunidade local.

Palavras-chave: Patrimônio, Memória, Ceilândia-DF, Candangos, Museologia

Abstract:

The article presents the actions taken by the Casa da Memória Viva de Ceilândia by the school community, in this which is the largest Administrative Region of Distrito Federal. The activities are focused on the appreciation of local culture and history, and especially the memory of the candangos, workers who participated in the construction of Brasilia, which are sometimes left aside by the official history. They are defined by this community museum as living memory, that would be people with a collective memory. Through interviews with the collaborators of the institution and the bibliographical revision especially of the New Museology, we showed how this museum has developed from its foundation works in conjunction with the local community

Keywords: Heritage, Memory, Ceilândia-DF, Candangos, Museology

De nordestinos a candangos

A Região Administrativa IX (RA)¹, mais conhecida como Ceilândia, tem sua origem ligada à remoção dos candangos², os trabalhadores construtores de Brasília, dos arredores da nova capital federal após a sua inauguração, em 1960. A grande oferta de empregos e as promessas por melhores condições de vida atraíram principalmente os trabalhadores da Região Nordeste do país, pois na década de 1950 a região sofria com uma das piores secas da história. Mais especificamente em 1958, as pessoas residentes na região perderam as esperanças de que a chuva chegasse e o grande êxodo dessa década teve início. Nas palavras de Juscelino Kubistchek, presidente do Brasil, no período da construção da cidade, a chegada desses trabalhadores se dava da seguinte forma:

Quem visse aquela multidão em movimento teria a impressão de um quadro bíblico. Reproduzia-se, em pleno século XX, a fuga do povo de Israel que deixava o Egito, ao longo do deserto. A mesma multidão esfarrapada. A mesma poeira a envolver as pessoas e a toldar o céu (OLIVEIRA, 2000, p.166).

Dada à inauguração de Brasília, era previsto pelo governo local que pelo menos um terço dos candangos retornassem aos seus estados de origem. Mas os trabalhadores acabaram se instalando em moradias provisórias – as chamadas vilas operárias – sendo as mais conhecidas a Vila do IAPI, Morro do Querosene e Placa das Mercedes (RESENDE, 1985, p.16). Essas moradias eram construídas com restos de madeira, papelão ou zinco, e seriam apenas provisórias, mas logo se tornaram verdadeiras cidades. Em 1970 a população total dessas áreas chegava a 70.128 habitantes (AMMANN, 1987, p.22).

Com a justificativa de que a área ocupada pelas vilas operárias estaria localizada no chamado anel sanitário, o governo criou a Campanha de Erradicação de Invasões (C.E.I) e removeu a população das vilas para um local a aproximadamente 35 quilômetros de Brasília, com a promessa de melhores moradias. E, mesmo contra a vontade da maioria dos candangos, as remoções tiveram início no dia 27 de março de 1971.

Muitos eram os fatores para que os moradores das vilas operárias fossem contra as

¹ O Distrito Federal é composto por Regiões Administrativas e não cidades ou municípios. O DF possui um governador, mas não prefeitos e vereadores, pois as RAs não possuem autonomia. Existem então os administradores regionais, escolhidos pelo próprio governo distrital. No DF ainda existe grande confusão entre a nomenclatura adotada para se referir às RAs. Por muito tempo, até mesmo pela política oficial as RAs eram chamadas de “cidades-satélites”. Por meio do Decreto nº 19.040, de 18 de fevereiro de 1998, o governo proibiu a utilização da palavra “satélite” para se referir às RAs pelos documentos oficiais, por ter um tom pejorativo. Mas o próprio decreto se refere às RAs como cidades, o que é um equívoco e contribui para essa incerteza da população.

² Segundo Roque de Barros Laraia, “candango” foi o termo utilizado para se referir aos que trabalharam na construção de Brasília, chegando a ser sinônimo de pioneiro. No entanto, a elite preferiu adotar o termo pioneiro para se auto definir, assim se separando dos chamados candangos, também chamados pelos pioneiros de “piotários” (1996, p.03).

remoções. Os candangos continuaram a trabalhar em Brasília, então ao invés de ir a pé para o trabalho ou de bicicleta, eles deveriam a partir daquele momento utilizar o transporte público, que na época era muito precário, além de ser pago e ter viagens muito demoradas (TAVARES, 1981, p.42). As moradias tinham as mesmas estruturas das encontradas nas vilas operárias, os abrigos improvisados foram apenas transportados para os lotes vazios de Ceilândia, que ainda deveriam ser pagos. A RA não tinha saneamento básico, iluminação pública e água encanada, sendo este último um dos problemas que mais demorou a ser resolvido. Esta situação se tornou uma cruel ironia para esses trabalhadores, que chegaram ao Planalto Central em busca de empregos e ao mesmo tempo fugindo da seca que afligia a Região Nordeste, para vivenciar uma realidade pior tão próximos da capital federal.

Com o passar do tempo houve significativas melhoras no padrão habitacional da RA, muito por conta da própria mobilização dos moradores, como a construção de casas de alvenaria em mutirões comunitários e a emblemática conquista do direito à posse das moradias por valores justos conseguido na forma de diversas associações, sendo a principal o movimento dos Incansáveis Moradores de Ceilândia (AMMANN, 1987, p.27).

Atualmente a Ceilândia é a mais populosa RA do Distrito Federal (DF), com aproximadamente 489.351 habitantes (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2015). Com base na publicação “Guia de Museus Brasileiros”, do Instituto Brasileiro de Museus, o DF possui 61 museus em seu território, e apenas dois deles estão situados em Ceilândia: o Museu da Limpeza Urbana, também conhecido como Museu da Sucata, e o museu Casa da Memória Viva de Ceilândia (IBRAM, 2011, p.509).

A memória viva

A Casa da Memória Viva da Ceilândia (CMVC) têm suas origens ligadas à vontade de resgatar a história dos candangos e iniciou-se com Manoel Jevan Gomes de Olinda, professor da rede pública de ensino do Distrito Federal, criador e principal gestor do espaço.

A primeira iniciativa do Professor Jevan que acabou culminando na criação da CMVC, foi o chamado “Questionário comunitário”, que era aplicado no primeiro dia de todo o ano letivo. Essa atividade consistia na entrega de uma ficha com algumas perguntas em que os alunos deveriam entrevistar um familiar ou conhecido, que tivesse participado da construção de Brasília ou que tivesse presenciado as mudanças ocorridas na cidade. Junto a essas respostas era solicitado que os estudantes entregassem um material anexo, que fizesse referência aos tempos da inauguração de Brasília e da construção de Ceilândia, como revistas, recortes de jornais, fotografias, livros, discos, entre outros.

Com esse material recolhido em sala de aula, o professor Jevan percebeu que tinha em mãos um importante acervo para pesquisa e para a reformulação do conteúdo didático

das suas aulas de história. Uma de suas principais queixas, que se tornou motivação para lecionar foi a omissão por parte da história oficial do DF, quanto a participação e importância dos candangos na construção de Brasília. Nos livros didáticos pouco se aprendia sobre a história da Ceilândia, que ainda era mostrada de forma pejorativa, e nos eventos oficiais da capital, como o 21 de abril, dia da inauguração de Brasília, as figuras que eram lembradas pela imprensa e pelo governo eram apenas os “patronos”, como o ex-presidente Juscelino Kubistchek, o arquiteto Oscar Niemeyer e o urbanista Lúcio Costa.

Esse acervo doado pelos estudantes criou a demanda de um espaço para que o mesmo fosse disponibilizado para pesquisas, e dessa forma em 1995, foi aberto o Arquivo Público Comunitário. Por falta de apoio, o arquivo funcionava na residência do professor, mas em pouco tempo se tornou referência para pesquisadores interessados em temáticas locais. Segundo o professor, também o arquivo foi criado, pois o Arquivo Público do Distrito Federal era de difícil acesso pela distância das RAs, pelo preço que deveria ser pago pelas cópias de documentos e também não continha as informações como as que foram reunidas pelos alunos e seus familiares, que faziam um contraponto à história oficial.

Entre 1995 e 1997, houve a ampliação e diversificação do acervo, por meio do projeto “Não jogue a história do P-Sul³ no lixo”, que na essência era aplicado da mesma forma que o questionário comunitário, mas de forma ampliada, pois nesse período o professor era coordenador de história da Regional de Ensino de Ceilândia. O professor também fazia ampla utilização do acervo e o disponibilizava para que os alunos produzissem trabalhos sobre a história de Ceilândia. Em 1997, foram reunidos 107 cartazes que, segundo o professor, contavam uma história atualizada da Ceilândia. Surgiu então a ideia de publicar um livro a partir do conteúdo destes cartazes, mas o valor cobrado para a impressão dos mesmos era muito elevado, já que o próprio professor Jevan arcaria com os custos.

Ao invés de publicar o livro, o professor decidiu fazer da sua própria casa um livro aberto para a comunidade, então foi criada a Casa da Memória Viva de Ceilândia. A denominação do espaço como museu, segundo Jevan, curiosamente era uma provocação aos demais espaços museais de Brasília, que não contam a história dos candangos e da própria cidade. Neste sentido, mesmo sem conhecimento sobre a existência da Museologia Social, o professor Jevan e os demais colaboradores do Museu praticavam seus princípios junto à comunidade.

O contato com as novas teorias e perspectivas do campo museológico foram de

³ Inicialmente, Ceilândia fazia parte da RA de Taguatinga. Isso influenciou a forma como as quadras da RA são organizadas e nomeadas. Em Taguatinga as quadras da parte norte recebem o prefixo “QN”, que significa Quadra Norte, e em seguida é acrescida uma letra correspondente a quadra, que em Taguatinga vão de A a M. As quadras da Ceilândia receberam o prefixo QN, pois a RA fica próxima à parte norte de Taguatinga. As quadras da RA vão da letra M a R. Alguns setores da Ceilândia têm seu nome vinculado à letra específica de sua quadra, como o P-Norte (QNP, quadras ímpares), o P-Sul (QNP, quadras pares) e o Setor “O” (QNO). Existem ainda setores que não utilizam o prefixo QN, como o Setor Privê e os condomínios em fase de regularização, como o Pôr do sol e Sol Nascente.

difícil acesso no Brasil durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), até mesmo para os estudantes de Museologia nas universidades nacionais. A museóloga Maria Célia Santos, relata que as ideias propostas na Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, só chegaram na íntegra para os estudantes da Universidade Federal da Bahia na década de 1980 (SANTOS, 2002, p.107).

Com a abertura do Museu dentro do espaço residencial, os cômodos da casa do professor foram batizados com nomes de candangos e pessoas importantes para a história da RA. Antes de todos os eventos, a bandeira de Ceilândia era hasteada na chamada “Lixeira Patriótica” e o hino da RA era cantado por todos os presentes. O nome da rua era uma homenagem à Nair Rosa, costureira e pioneira da RA que produzia as bandeiras utilizadas.



Figura 1 – A Bandeira patriótica
Fonte: Arquivo Público Comunitário

As visitas ao Museu começavam pela garagem da casa, chamada Foyer Mestre Vladimir Carvalho, em homenagem ao cineasta e professor da Universidade de Brasília. Vladimir Carvalho foi um dos maiores apoiadores dos eventos da CMVC e recebeu outras homenagens como a denominação da Sala de Projeções e o título de Cidadão Ceilandense, no evento ocorrido no Centro de Educação para o Trabalho de Ceilândia, chamado “Ceilândia Conta sua História”. No foyer estavam algumas pinturas nas paredes, principalmente de

poemas sobre a RA, como o de Carlos Drummond de Andrade, chamado *Confronto*, sobre Brasília e a RA de Ceilândia. Na garagem também se localizava a BiblioCei Antônio Garcia Muralha, que reunia trabalhos de escritores e artistas ceilandenses e de outros locais, mas que faziam referência à Ceilândia e ao Distrito Federal. O nome da biblioteca era uma homenagem ao poeta Muralha, que era morador de Ceilândia e que tinha uma produção muito rica sobre a mesma.

No corredor que ligava a garagem ao quintal da casa ficava o Beco da Cultura Nativa UVINB Chácara Dona Terezinha. Esse espaço era uma homenagem à Dona Terezinha, proprietária de uma chácara em uma área entre Ceilândia, Taguatinga e Samambaia, onde existe o Sítio Arqueológico do P-Sul. Por iniciativa do professor Jevan, de Marcos Terena, um líder indígena, e de Niède Guidon, renomada arqueóloga brasileira, foi criado o projeto Universidade Virtual dos Idiomas Nativos Brasileiros, que pretendia fornecer cursos à distância de línguas indígenas. O projeto visava também construir um memorial sobre os povos indígenas, transformando o sítio arqueológico do P-Sul em museu a céu aberto, mas o projeto nunca se concretizou.

Segundo o professor Jevan, era na sala de estar da CMVC que se localizava a menor galeria do mundo, pois tinha apenas uma obra, a pintura produzida por Sidiney Breguêdo, um conhecido artista plástico de Ceilândia. Essa pintura retrata três momentos da história dos candangos em Brasília: o primeiro era o tempo da construção, onde os candangos são mostrados como heróis, empunhando duas lanças; o segundo é o tempo da exclusão, quando eles foram colocados de lado após a construção da cidade; o terceiro tempo é o da remoção, quando os candangos já não tinham mais valor para o governo e foram removidos para as RAs, sendo o principal exemplo a Ceilândia.



Figura 2 – “Os candangos de Breguêdo”

Fonte: Arquivo Público Comunitário

Nos fundos da casa ficava o Palco da Música Popular Candanga Ariosto Lopes (MPC), em que vários artistas locais, de diferentes gêneros musicais, se apresentavam. Também eram realizadas sessões de filmes sobre a história de Brasília e no espaço eram dispostas quarenta e cinco cadeiras, uma crítica feita às salas de aula superlotadas das escolas públicas do DF.

A casa do professor Jevan tornou-se então um museu aberto a comunidade, mas o mesmo só funciona dessa forma por falta de apoio do governo e das instituições locais. Por funcionar em um espaço residencial, a CMVC era aberta em datas comemorativas ou com agendamento prévio para atendimento de pesquisadores. Antes mesmo da criação da CMVC, o professor e os demais colaboradores, que na sua maioria também lecionam em Ceilândia, almejavam a criação de um museu que contasse a história da RA e fosse um lugar para a celebração da memória dos trabalhadores que a fundaram. Esse sonho esteve perto de se concretizar algumas vezes entre os mais de vinte anos de iniciativas comunitárias realizadas, mas por motivos na maioria das vezes políticos, o acervo sempre voltava para a residência do professor.

Apesar disso, os gestores da CMVC não definem o Museu pelo local em que ele se encontra, na verdade, a maioria das iniciativas tomam as ruas e locais históricos da RA. O acervo físico também é secundário, segundo o professor Jevan o patrimônio do museu é a “memória viva”, definida por ele como “pessoas portadoras de uma memória coletiva”. Podemos identificar como o conceito de memória viva do professor se assemelha com o de

memória coletiva de pensadores importantes como Pierre Nora, Maurice Halbwachs e Gérard Noiriel. Nora define a memória coletiva como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fizeram do passado” (LE GOFF, 1990, p.472). Já Halbwachs diferencia a memória coletiva e a histórica, já que para o sociólogo a memória histórica se restringe aos acontecimentos registrados, não interessando se os mesmos ainda são vivenciados ou fazem parte do cotidiano da sociedade. A definição do autor afirma que a memória coletiva é:

O processo social de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo, comunidade ou sociedade. Este passado vivido é distinto da história, a qual se refere mais a fatos e eventos registrados, como dados e feitos, independentemente destes terem sido sentidos e experimentados por alguém (HALBWACHS, 1991, p.02).

Por último, Noiriel diferencia os três níveis da memória e define que a memória coletiva é constituída de experiências vivenciadas por pessoas que formam um grupo. Nas palavras do autor:

[...] a memória coletiva, que se constrói, por sua vez, das lembranças comuns a todos os indivíduos de um grupo, que conheceram os mesmos acontecimentos e guardaram os rastros deixados por estes acontecimentos (no espaço, nas instituições, nos arquivos escritos ou nos relatos relativos a esse passado) [...] (NOIRIEL, 1998).

Essas definições podem ser empregadas ao que o professor denomina como memória viva, valorizando o registro das memórias de cada pioneiro, que são representativas de experiências vividas de modo semelhante e também por mostrarem um contraponto a história oficial do Distrito Federal. Dessa forma as histórias dos candangos compõem a essência do acervo da CMVC sendo esse o patrimônio a ser preservado e comunicado nos diversos eventos. Apresentaremos então algumas das principais atividades desenvolvidas pela CMVC, que sempre tiveram como foco a educação e a valorização da cultura local.

Um museu sem muros

No dia 11 de outubro, é celebrado o “Tributo a Renato Russo”, data em que faleceu esse cantor e compositor. São organizadas exposições com trabalhos temáticos dos alunos de escolas públicas locais e tocadas músicas da Legião Urbana, por vezes com o apoio de uma banda cover. A edição de 2007 contou com a participação da Dona Carmem Manfredini, mãe do artista.



Figura 3 – Dona Carmem Manfredini e professor Jevan

Fonte: Arquivo Público Comunitário

O Forró Comunitário talvez seja o evento de maior destaque da CMVC. Essa comemoração é uma celebração do evento homônimo, realizado pela primeira vez na década de 1970. A CMVC organizava sete noites de festa, em referência aos sete estados da Região Nordeste. Cada noite um grupo musical de um estado diferente tocava. Esse evento acontecia na rua da CMVC, e os próprios alunos, gestores e seus responsáveis ajudavam na divulgação e organização do evento.

Um dos eventos mais recentes, a “Caminhada Pré-histórica” ressalta a importância da educação patrimonial para os estudantes de Ceilândia, pois a maioria dos residentes da RA não tem conhecimento de que existe um sítio arqueológico nos arredores. As atividades começam pela manhã com uma aula ministrada pelo professor Jevan na sede da CMVC. Em seguida é realizado o “Piquenique comunitário”, um lanche em que “cada participante leva uma fruta graúda ou uma dúzia de frutas pequenas” para juntar com as demais. O sítio arqueológico fica a apenas três quilômetros de distância da CMVC e o caminho é feito a pé com pessoas da comunidade que auxiliam no trajeto e contam mais curiosidades sobre o local.



Figura 4 – A caminhada pré-histórica

Fonte: Arquivo Público Comunitário

O Cei City Tour, foi um projeto organizado pela CMVC, com o patrocínio de uma rede de supermercados local, realizado pela primeira vez em 2003. Nessa atividade os alunos das escolas públicas são levados para conhecerem a CMVC e lá assistirem filmes sobre a história do DF. De lá eles vão de “trenzinho”, o chamado “SuperCeilândia”, para conhecer os pontos turísticos de Ceilândia, acompanhados de um artista local ou um candango, que conta suas experiências durante a viagem. Chegou a ser desenvolvida uma rádio itinerante dentro do “trenzinho”, onde os alunos faziam perguntas para o artista ou candango presente e eram tocadas músicas.

O “Dia de Reis”, realizado em janeiro na data religiosa homônima, e que simbolicamente homenageia um pioneiro de Ceilândia chamado Reis Moura. Nesse dia são realizadas cantorias regionais, rodas de memória com candangos, pesquisadores e músicos de Ceilândia, para discutir e lembrar de acontecimentos marcantes na história da RA.



Figura 5 – Roda de memória no Dia de Reis

Fonte: Arquivo Público Comunitário

Destacamos por fim, a comemoração no dia 13 de dezembro, o “Natal dos pioneiros”. Esse evento é destinado a celebrar a memória dos candangos, quando são convidados artistas locais, principalmente sanfoneiros para tocarem e dessa forma é organizada a “Orquestra Sanfônica”. Os candangos homenageados geralmente são onze, selecionados durante o ano letivo por meio do questionário comunitário, e recebem essa homenagem no final do ano. O professor seleciona esse número de convidados especiais em uma referência a um time titular de futebol, que é composto por onze atletas.

Além dos diversos eventos promovidos, a CMVC participou efetivamente da criação de grupo culturais de Ceilândia. A primeira dessas organizações foi a Sociedade dos Pioneiros e Pesquisadores da Ceilândia (SPPCe), que consiste na reunião de pais e alunos das escolas públicas de Ceilândia, e dos diversos pesquisadores da história e cultura da RA, sendo a maioria estudantes de nível superior. Em todo o início de ano letivo a SPPCe ganha novos participantes por meio principalmente do questionário comunitário, que sempre leva novas pessoas a ter contato com o Museu. A SPPCe é a principal organização colaboradora das atividades da CMVC, que engloba as pessoas que são o foco das ações do museu: os candangos e os estudantes.

O livro de visitas do Museu também serve como instrumento agregador de

voluntários para o espaço. Por meio da Fundação de Apoio aos Candangos Excluídos (FACE), os visitantes da CMVC se comprometem em ajudar na construção de um espaço definitivo para as atividades funcionarem. A sigla FACE tem origem no poema *Confronto*, de Carlos Drummond de Andrade, citado anteriormente.

A suntuosa Brasília,
E a esquálida Ceilândia contemplam-se.
Qual delas falará primeiro?
Que tem a dizer ou a esconder uma em face da outra?
Que mágoas, que ressentimentos prestes a saltar da goela coletiva e não se exprimem?
Por que Ceilândia fere o majestoso orgulho da flórea Capital?
Por que Brasília resplandece ante a pobreza exposta dos casebres de Ceilândia, filhos da majestade de Brasília?
E pensam-se, remiram-se em silêncio as gêmeas criações do gênio brasileiro.

Em 2006, por iniciativa do professor Jevan e de 34 escritores da Ceilândia e 35 escritores de outras RAs do DF foi criada a Academia Ceilandense de Letras e Artes Populares (ACLAP), que tem o objetivo de valorizar as produções locais e de fazer uma academia de letras diferente das tradicionais, que não necessita de apoio político para funcionar. Além disso a ACLAP engloba artistas plásticos, músicos e escritores, alfabetizados ou não. O nome ACLAP faz referência à palavra de origem inglesa *clap*, que significa aplauso, que segundo o professor Jevan, era o que esses artistas precisavam. O livro “Coletânea Candanga” foi o primeiro a ser publicado pela ACLAP e deu oportunidade a escritores como a Dona Percília, que trabalha como cantineira em uma escola pública de Ceilândia, de divulgar o seu trabalho.

A CMVC e a museologia social

Com o breve histórico da CMVC e a descrição de algumas atividades organizadas pelos gestores do espaço, identificamos que ao contrário do que o professor Jevan pensava, a CMVC é um Museu de fato. Para justificar essa classificação podemos recorrer a definição de museu proposta pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), em 2007:

Instituição sem fins lucrativos, permanente, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exhibe o patrimônio tangível e intangível da humanidade e seu ambiente para fins de educação, estudo e diversão (ICOM, 2012).

A CMVC se enquadra no conceito de museu do ICOM, pois as práticas museológicas definidas são abrangentes às mais diversas manifestações culturais e práticas comunitárias. Essa abertura do ICOM para práticas museológicas não-institucionalizadas, foi contemporânea à legislação brasileira, como o Decreto nº 8124, de 2013, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus.

Essa abertura para iniciativas comunitárias foi reflexo no Brasil de alguns programas e prêmios do governo federal. Um dos mais notórios é o prêmio “Pontos de memória”, do Instituto Brasileiro de Museus, que “tem como objetivo apoiar ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social” (IBRAM). No DF já existem duas iniciativas premiadas, o Ponto de Memória da Estrutural e a Associação dos Amigos do Centro Histórico de Planaltina.

É importante salientar, que até o ano de 2013 a CMVC não tinha contato com profissionais e estudantes de Museologia, que hoje oferecem suporte para a organização dos eventos e gestão do espaço. Ficou claro que a ideia que os gestores tinham da Museologia era o que é chamado na literatura da área como “Museologia tradicional”, quando muitas vezes as instituições estão distanciadas das comunidades que deveriam servir. A partir disso, apresentamos um quadro que compara as duas concepções de museu da Nova Museologia e da Museologia Tradicional.

Museologia Tradicional	Nova Museologia
Edifícios	Território
Coleções	Patrimônio
Público determinado	Comunidade participativa

Quadro 1 – Museologia Tradicional e Nova Museologia

Fonte: CÂNDIDO, 2003, p. 54.

Santiago do Chile em 1972, e retomadas vinte anos depois na Declaração de Caracas são norteadoras do pensamento dessa vertente museológica. Resgatamos o que foi discutido no seminário “A Missão do Museu na América Latina hoje: novos desafios”, por ser contemporâneo às primeiras iniciativas que culminaram na criação da CMVC. Foram duas as principais mudanças em relação a Declaração de Santiago do Chile: a comunidade passaria a participar efetivamente da gestão dos museus, dessa forma o museu não ditaria o desenvolvimento da sociedade, mas faria parte dele; e o museu integral passaria a ser o museu integrado, sem a ambição de englobar todo o patrimônio, mas viabilizar essa integração (CÂNDIDO, 2003, p.12). Essas definições exemplificam como a CMVC estava ligada ao que se pensou para os museus no final da década de 1990. A participação da comunidade na CMVC foi imprescindível, pois sem a mesma, nada do que já foi relatado teria acontecido.

Os eventos passavam pela organização da comunidade principalmente a partir das escolas públicas. Para o professor Jevan, o poder que as instituições escolares possuem não se compara a de nenhuma outra presente na RA. Nas palavras dele “para cada duas quadras na Ceilândia existe uma escola, dessa forma é possível abraçar toda a RA através das escolas, sem a necessidade de apoio político ou publicação em jornais”. E foi com essas ideias que trabalhou, desde 1993 com as fichas da SPPCeí, com a abertura do Arquivo Público Comunitário e posteriormente da CMVC.

Identificamos que a CMVC se encaixa no conceito de museu comunitário, um dos vários criados a partir do reconhecimento da função social como primordial nos museus. O museu comunitário, busca a união da comunidade que divide um território comum, para promover o seu desenvolvimento. O museu pertence a toda comunidade e é ela quem decide como são as atividades e exposições realizadas. O estado não intervém nas decisões realizadas, pois o museu não é filiado à nenhuma instancia do poder (LERSCH e OCAMPO, 2010, p.140).

Os trabalhos para a integração da comunidade sempre foram primordiais na CMVC. Todos os eventos e exposições organizadas procuraram mostrar a importância de Ceilândia e de seus moradores na construção da história do DF. Apesar de não ter um espaço para funcionar regularmente, a CMVC nunca deixou de funcionar por essa carência: parte dos eventos organizados e promovidos não aconteceram na “casa sede”. A Casa do Cantador, as escolas públicas, o Museu da Sucata e as ruas da RA serviam de palco para as manifestações culturais. Quanto as relações de poder, este nunca foi o motor para o funcionamento da CMVC. Independentemente da localização do acervo ou do local de realização das atividades, as mesmas aconteceriam com ou sem o apoio do governo.

Quanto ao que pensam alguns dos principais autores da Nova Museologia, o que foi praticado na CMVC é a ideia contrária do que algumas pessoas pensam sobre essa instituição, segundo Mário de Souza Chagas, como “a função de guardar coisas velhas”, que permeia o imaginário sobre essas instituições. Essa ideia nunca foi disseminada na CMVC e como já foi dito, o espaço não era importante porque tinha objetos de valor inestimável, era porque a história e a identidade dos moradores da Ceilândia estavam retratadas no local. Segundo Chagas, os museus exercem pelo menos três funções: preservação, comunicação e investigação. Essas funções não precisam ser aquelas desenvolvidas no chamado “museu tradicional”, por exemplo quanto à preservação do acervo ele diz: “Os museus funcionam como casas de preservação, mas o que eles preservam vai além das coisas. Se, por um lado, eles preservam coisas; por outro, eles utilizam as coisas preservadas com determinados objetivos” (CHAGAS, 2005, 59). Fica constatada a imaterialidade como fator primordial para a própria existência de um museu comunitário, e Hughes de Varine vai além, quando define que “o patrimônio preservado nos museus comunitários é o próprio museu, um local de representações e debates” (VARINE, 2012, p.192).

Para Scheiner, o museu deve se adaptar às mudanças sofridas pela sociedade em

que ele se encontra (SCHEINER, 2012, p.18). Uma das melhores formas desse processo acontecer é a comunidade participar das tomadas de decisões dessas instituições, mostrando todas essas transformações da sociedade nas suas exposições. As exposições da CMVC eram sempre temáticas, pertinentes a temas para a realidade local como os aniversários de Ceilândia e de Brasília, as festas tradicionais nordestinas, entre outros. A comunidade, composta por candangos, estudantes e pesquisadores, é a própria gestora do museu, com as ressalvas de que o mesmo se encontra em um espaço residencial, os temas de encontros, festividades, exposições e o conteúdo dos mesmos são discutidos e atualmente utilizam as redes sociais para a mobilização de cada vez mais colaboradores.

Considerações Finais

A CMVC continua a funcionar dentro da casa do professor Jevan, em um endereço diferente do que foi indicado no presente artigo. Agora apenas dois cômodos são destinados as exposições, festividades e guarda do acervo. Esses dois cômodos são separados do resto da casa e têm uma entrada própria, assim os visitantes do espaço interferem menos na privacidade da família do professor. A conquista de um local para funcionamento definitivo continua a ser um sonho para os organizadores do Museu, que é o principal espaço para pesquisas sobre a história e cultura em Ceilândia.



Figura 6 – O novo endereço da CMVC
Fonte: Arquivo Público Comunitário

Por ainda não ter um espaço para o funcionamento apenas do Museu, o foco da CMVC hoje está na tentativa de construção de um espaço virtual para a disponibilização de todo o seu acervo e das memórias que foram recolhidas durante todo esse tempo. A necessidade de construção desse espaço tem ainda outra motivação: a carência que os pesquisadores e interessados pela história da Ceilândia encontram de localizar materiais significativos em outros locais. Uma parte dos materiais encontrados hoje, inclusive utilizados nesse artigo, tem suas fontes ligadas aos materiais encontrados na CMVC, como as fotografias do Arquivo Público Comunitário e publicações disponíveis na BiblioCeil.

Hoje os gestores do espaço utilizam a palavra museu para designar o espaço, não mais de forma irônica como era feito no início dos trabalhos, mas agora com a consciência de que com todas essas realizações e feitos, a CMVC tornou-se o que mais deseja preservar em Ceilândia: o patrimônio vivo, fruto de uma construção comunitária.

Artigo recebido em 31 de jan.2017

Aprovado para publicação em 01 de abr. 2017

Referências

AMMANN, Safira Bezerra. *Os incansáveis: Movimento popular de Brasília*. Brasília, Cortez Editora, 1987.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. *Ondas do pensamento museológico brasileiro*. Cadernos de Sociomuseologia, v. 20, n. 20, Lisboa, 2003, p. 1-216.

CERAVOLO, Suely Moraes. *Delineamentos para uma teoria da Museologia*. Anais do Museu Paulista. N. Sér., v. 12, jan./dez, São Paulo, 2004, p. 237-268.

CHAGAS, Mário de Souza. Pesquisa Museológica. In: GRANATO, M.; SANTOS, C. Penha dos.

(Coord.). *Museus: instituições de pesquisa*. Rio de Janeiro: MAST, 2005, p. 51-64.

CUESTA, Josefina Bustillo. *La Odisea de la Memoria*. Alianza Editorial, S. A., Madrid, 2008.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Pesquisa Distrital por amostra de domicílios 2015*. Disponível em <<http://www.codeplan.df.gov.br/component/content/article/261-pesquisas-socioeconomicas/319-pdad-2015.html>>. Acesso em 11 jan 2017.

HALBWACHS, Maurice. Fragmentos da la memoria colectiva. Seleção e tradução: Miguel Angel Aguilar D. (texto em espanhol). *Revista de Cultura Psicológica*, ano 1, n. 1, México, 1991.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). *Development of the Museum Definition according to ICOM Statutes: 2007-1946*. 2012. Disponível em:<http://archives.icom.museum/hist_def_eng.html>. Acesso em: 20jan 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). *Guia dos Museus Brasileiros*. Brasília, 2011.

LARAIA, Roque de Barros. "Candangos e pioneiros". *Série Antropologia*, 203, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1996.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Unicamp 1990.

OLIVEIRA, Juscelino Kubistchek de. *Porque construí Brasília*. Brasília. Senado Federal, 2000.

RESENDE, Mara L S. *Ceilândia em movimento*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1985.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. *Reflexões sobre a nova museologia*. Cadernos de Sociomuseologia, v. 18, n. 18, Lisboa, 2002, p.93-139.

SCHEINER, Tereza Cristina. *Repensando o museu integral: do conceito às práticas*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, v. 7, n. 1, jan. /abr, 2012, p. 15-30.

TAVARES, Nadir. *Ceilândia, ontem, hoje... e amanhã?* Brasília: [s.n.], 1981.

VARINE, Hughes de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Mesianiz, 2012.